

Crescimento é explicado pelo governo

O número 45,9% do PIB de serviço da dívida interna parece tão estratosférico que se supõe à primeira vista que alguma coisa está errada. Isto porque, hoje, toda a dívida mobiliária em poder do público não chega a 30% do PIB. Portanto, seria absurdo que o serviço pulasse, em um ano, para um percentual do PIB maior do que toda a dívida.

As explicações de Pedro Parente, secretário de Orçamento e Finanças, tornam o assunto mais claro. Segundo ele, pela primeira vez neste orçamento não está incluído apenas o que se pagará de juros, mas todo o giro da dívida. Como os títulos, LFT ou OTN, têm prazo oscilando entre seis e nove meses, no orçamento está previsto o custo da rolagem de quase uma vez e meia a atual dívida, já que os papéis serão resgatados, haverá nova emissão e, por fim, outro resgate no mesmo exercício.

Segundo Parente, não há "erro neste número". Ele foi encontrado com o levantamento de ficha por ficha de cada emissão de LFT e OTN com o prazo de vencimento. Ele explica que este número não deve assustar porque o mais importante é a emissão líquida, ou seja, os novos lançamentos de títulos menos o resgate. Isto não chegaria a 5% do PIB e isto sim representaria o crescimento.

De qualquer maneira, se for analisado só o que é gasto com os juros, o orçamento registra 7,22%. Nos últimos anos, segundo dados da própria SOF reproduzidos na Revista da Andimá, os gastos com juros foram de 2,16% do PIB em 86; 1,43% em 87; 1,56% em 88. E na proposta orçamentária de 89 estava previsto 2,28%.

Nos dados de 90 estão incluídos os juros dos últimos meses de 89, segundo explicou Parente, porque só podem ser computados os gastos com os juros, no momento do resgate do título. "O overnight é uma operação do Banco Central; para o Tesouro o que importa é o prazo de resgate do título", explicou Parente. Se este prazo for alongado, a tendência será a queda deste percentual do PIB comprometido com os juros e os resgates da dívida interna.